

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

179

INSCRIÇÕES 676-677



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2018

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

Instituto de Arqueologia
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra
Rua de Sub-Ripas | Palácio Sub-Ripas
P-3000-395 COIMBRA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



EPÍGRAFE FUNERÁRIA DE ARIZ,
MOIMENTA DA BEIRA

Fragmento de estela funerária, de granito, com inscrição latina, identificado no interior de edifício rústico, o nº 6 da Rua da Sede da Junta, em Ariz, concelho de Moimenta da Beira, onde ainda se encontra, na posse dos descendentes de Afonso de Jesus Teixeira Basílio (FIG. 1). Está o sítio actualmente integrado na União das Freguesias de Peravelha, Aldeia de Nacomba e Ariz, concelho de Moimenta da Beira. Desconhece-se a sua proveniência.

O campo epigráfico, rebaixado, é limitado por moldura em filete e meia cana (FIG. 2) Na parte superior, duas rosáceas sexipétalas, em relevo obtido por se haver escavado o círculo em que estão inseridas. Já se não encontram completas, por virtude de a pedra ter sido cortada a cerca de $\frac{3}{4}$ da altura das rosáceas. Nota-se, porém, que terá sido cuidadoso o trabalho do canteiro que o esculpiu.

Em baixo também foi cortada uma boa porção, que levou quase metade, em altura, da l. 5.

Cumprе justificar a inserção no *Ficheiro Epigráfico* do estudo desta epígrafe, porque, na verdade, ela se não encontra inédita, no sentido rigoroso do termo; sucede, porém, que as referências que, ao longo do tempo, lhe foram feitas, acabaram por estar incompletas e, sobretudo, não chegaram ao conhecimento de quem as pudesse disponibilizar ao mundo científico.

Foi Manuel Alcino Magalhães o primeiro a dar notícia da epígrafe¹. Ao falar de uma casa contígua à residência paroquial, «hoje pertença de Afonso de Jesus Teixeira» (p. 110), afirma: «Esta tem dentro uma curiosidade». Explica:

«Quando a construíram colocaram numa ombreira da janela uma pedra de granito que merecia figurar num museu e, afinal, teve a pouca sorte de cair debaixo da picareta dum pedreiro², mais inclinado a aproveitar as pedras já quase aparelhadas por outros, do que à conservação de achados arqueológicos». Não hesita em afirmar que se trata de «uma estela funerária muito antiga», «cuja leitura compete aos especialistas em epigrafia». Em todo o caso, não deixa de sugerir («eu atrever-me-ia a pensar», escreve) que «teria sido dedicada a duas pessoas, falecidas uma com 15, outra com 30 anos, descendência dos Rufinos e dos Rufos» (p. 111). Dá a explicação do que significam as siglas iniciais e acha que a fractura inferior poderá ter feito desaparecer a fórmula S(it) V(obis) T(erra) L(evis). Termina perguntando, mui judiciosamente, «donde terá vindo esta pedra?», não deixando de referir que «ainda mais importante que ela, seria o local do achado, onde outras estarão cobertas de terra e cascalho e poderiam conduzir a pesquisas mais profundas» (p. 112).

No trabalho do Seminário de Arqueologia intitulado «*Contributo para o Estudo do Povoamento Romano da civitas Arabrigensis*», não publicado, apresentado, em 2004, no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Gonçalo Moreira, Marco Matos e Nuno Pedrosa fizeram-se eco (p. 35 e 56 – ficha nº 9 – e est. XIV) do que Alexandre Valinho dera a conhecer, um ano antes, na sua dissertação de mestrado³: «uma estela funerária

¹ Na monografia *Ariz – Um pouco da sua história*, Viseu: Junta de Freguesia de Ariz, 1998, p. 104-106. O livro teve, em 2006, uma 2ª edição, também editada pela Junta, de cujas páginas 110-112 vamos retirar as informações acerca do achamento da estela.

² Não terá sido propriamente sob a picareta mas o martelo. Registe-se, em todo o caso, que mais uma vez se manifestou, apesar disso, um certo ‘religioso’ respeito pelo letreiro, porque houve o cuidado de o deixar à mostra.

³ VALINHO (Alexandre Tiago dos Santos), *A Ocupação Humana no Alto Paiva*

embutida na parede de um palheiro», «muito bem lavrada, encimada por duas rosáceas parcialmente fragmentadas; com um campo epigráfico bem delimitado por uma moldura em filete simples e com 33 cm de largura, sendo a altura impossível de determinar por a peça se encontrar fragmentada na sua base». Assinalam o conteúdo do texto e concluem: «É uma inscrição de monumento colectivo, provavelmente familiar [...]».

Foi a verificação que estes dados – pelas circunstâncias em que foram expressos – não haviam entrado, digamos assim, no ‘circuito epigráfico’ que nos levou a fazer agora o ponto da situação acerca da epígrafe (Fig. 3).

Dimensões: 47/49 x 42/45 x 18/20.

D(is) · M(anibus) · S(acrum) / RVFINO RV/FI ·
ANN(orum) · XV (quindecim) / ET · RVFO RV/⁵FINI ·
ANN(orum) · XXX (triginta) / [...] [?]

Consagrado aos deuses Manes. A Rufino, filho de Rufo, de quinze anos, e a Rufo, filho de Rufino, de trinta anos. [...]

Altura das letras: 6 cm.

Paginação cuidada, com alinhamento à esquerda e pontuação circular. Sente-se, pela regularidade dos espaços interlineares, que houve linhas de pauta, ora imperceptíveis. Preocupação de seguir, na fórmula inicial, um eixo de simetria.

Tendo em conta as proporções do monumento, é natural que tivesse havido duas ou três linhas mais, em que, como logo Manuel Alcino Magalhães sugeriu, poderia estar o voto «que a terra vos seja leve» ou mesmo, de preferência (dizemos

no I Milénio a. C.: uma Abordagem Espacial, dissertação de mestrado (não publicada) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, II volume, p. 49, ficha nº 11. Agradecemos a Mestre Alexandre Valinho ter-nos prontamente facultado cópia desses dados.

nós), a identificação da(o) dedicante.

Caracteres actuários, denotando *ductus* com leve inclinação para a esquerda, bem evidenciada no M da l. 1 e em XV da l. 3; **O** elíptico; **A** com travessão; a perna do **R** não toca na haste vertical; **N** a denunciar a inexistência do uso de escantilhão para esboçar sobre a pedra o letreiro, na medida em que a haste oblíqua, não inteiramente rectilínea, não chega a tocar a ponta final da haste da direita.

A opção pelo dativo – a que também não é alheia a presença da decoração – empresta ao monumento uma conotação de dolorosa homenagem, compreensível se verificarmos que se recordam um jovem de 15 anos e Rufo de 30.

A onomástica é latina, embora usada à maneira indígena (nome próprio seguido do patronímico). De acordo com os dados disponíveis em 2003, haviam-se registado, até então, mais de uma centena de ocorrências do nome *Rufinus* e mais de 120 de *Rufus* na Lusitânia⁴. Ao analisar a frequência de nomes pessoais na Hispânia, Juan Manuel Abascal⁵ havia já indicado que, com 203 testemunhos, *Rufa/-us* ocupava o 2º lugar nesse rol e *Rufina/-us* o 5º, com 163. Uma frequência justificável pelo significado concreto do nome: *rufus* quer dizer «ruivo». Numa população em que os morenos seriam, em princípio, a maioria, os ruivos distinguiam-se. Por outro lado, *rufinus* é o diminutivo de *rufus*.

Chegados a este ponto, importa sublinhar que – como atrás se assinalou – uma relação de parentesco entre os dois defuntos está perfeitamente justificada. O pai de *Rufinus* é *Rufus* e o pai de *Rufus* é *Rufinus*. Cumpre, pois, reflectir: os «dois» *Rufi* mencionados podem, na verdade, serem não dois mas o mesmo, atendendo a que, mui provavelmente, o monumento foi erigido pela mãe do jovem, aquando da morte deste, aproveitando a dolorosa circunstância para incluir no mesmo epitáfio o marido, falecido antes. Ou seja, não se deve

⁴ NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luis), *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida-Bordéus 2003, p. 282-284 e 286 e p. 286-287 (mapa 258 na p. 285), para *Rufinus* e *Rufus*, respectivamente.

⁵ ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 31.

pensar que ambos os falecimentos ocorreram na mesma altura e o mais normal é, de facto, que o do pai tenha precedido o do filho. Sendo assim, houve bem sugestiva continuidade onomástica na família, porque ao neto foi dado o nome do avô, hábito que ainda hoje por vezes se verifica. Uma continuidade que denota, por outro lado, precoce adaptação aos cânones romanos.

Pela paleografia, pela presença da consagração aos Manes e pelo modo de identificação dos defuntos, é epígrafe datável de meados do século I da nossa era.

JOSÉ CARLOS SANTOS
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

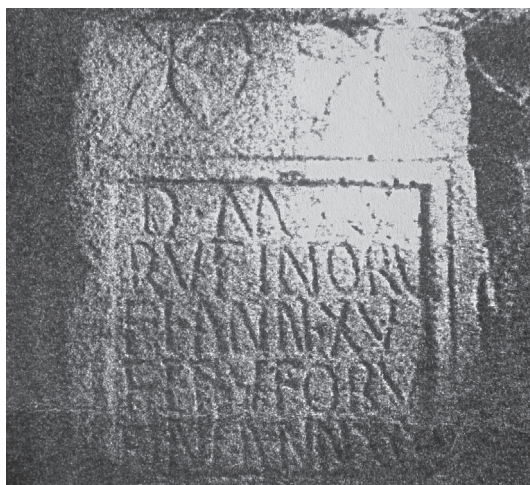


1

676



2



3

CIL II 427 REVISITADA

CIL II 427 é uma inscrição funerária que se identificou em 1788, em Prados (Caria)¹. Escreve Viterbo² (actualiza-se a grafia):

«No lugar de *Prados* junto à vila da Rua, está a capela de São Domingos, que mostra uma venerável antiguidade: dizem que em outro tempo fora igreja matriz. No seu frontispício se vê uma pedra muito comprida, da natureza e feitio daquelas que se erigiam em título na cabeceira das sepulturas romanas: é toda lisa e só na parte mais alta tem uma pequena tarja quadrada, aberta na mesma pedra, que por estar posta de lado e as letras mui gastadas do tempo e ressaltadas, com dificuldade grande se podem ler. Não é fácil averiguar se foi para aqui trazida de outra parte, se aqui mesmo se achou na sepultura de *Victor*, filho de Mário, que nela foi sepultado. A inscrição é como se segue» (p. 165):

¹ Hübner localiza esta Caria no território de Lamego, indicação compreensível por Viterbo anotar (I, p. 163) que «em Portugal temos algumas terras com este nome», mas ele só vai tratar da que fica no bispado de Lamego.

² VITERBO (Frei Joaquim de Santa Rosa de), *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...*, tomo I (A-F), Lisboa, em casa do editor A. J. Fernandes, ²1865. Note-se que, por lapso, se escreveu na capa a data de 1365. A notícia que se transcreve vem nesse tomo I, na pág. 163, s. v. «Caria» (que corresponde certamente à p. 329, referida por Hübner, que consultou a 1ª edição, de 1798).



Hübner (CIL II 427) copia esta leitura e faz brevíssima síntese do que Viterbo escreveu.

O facto de não ser epígrafe com um texto usual, pois se propõe, na parte final, a leitura HEIC SE/P(*ultus*) IACET; e, por outro lado, a circunstância de essa menção vir integrada na descrição que Frei Bernardo de Brito faz dos monumentos romanos dessa zona, entre os quais não hesitou em referir uma epígrafe por ele forjada³ – esses dois factores levaram a que se procurasse saber da real existência do monumento. Existe. A verificação de que a leitura correcta divergia substancialmente do que, até agora, se transcrevia justifica a sua inserção no *Ficheiro Epigráfico*.

Trata-se de uma longa estela, de granito fino e topo semicircular delimitado por cordão saliente (danificado na sua parte superior), encastrada, de facto, no lado esquerdo de quem olha para o frontispício da referida capela (Fig. 1), na qual foram esculpidas, vazadas, como que para a benzer, três cruzes, a representar um calvário, estando a cruz central prolongada pelo silhar inferior (Fig. 2). A epígrafe foi gravada em campo epigráfico rectangular, rebaixado, que a longa exposição aos agentes atmosféricos degradou bastante, nomeadamente ao nível das últimas linhas. Por esse motivo, a sua leitura aí só foi tornada possível mediante a utilização, por Alexandre Canha, de técnicas fotográficas digitais específicas.

Dimensões: 222 x 52/46 x 24⁴.

Campo epigráfico: 57/57,5 x 36/37.

³ Cf. «Uma epígrafe romana forjada por Frei Bernardo de Brito», artigo de José d'Encarnação a publicar no volume de 2019 da revista *Biblos*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁴ Espessura máxima visível.

VEGETVS / MARI(i) · F(ilius) · / H(ic) · S(itus) · E(st) /
 SAILCIVS / ⁵ LAVCI · F(ilius) · / [III VIVVS / DE · SVO · //
 F(aciendum) C(uravit)]

Aqui jaz Vegeto, filho de Mário. Saílcio, filho de Lauco, para ele, em vida, a expensas suas mandou fazer.

Altura das letras: l. 1 e 2: 5,5; l. 3: 8; l. 4 a 7: 5/7,5. Espaços: 2: 1,5; 3: 3/4,5; 4: 1/3; 5: 1; 6: 1/1,5; 7: 1; 8: ?

Paginação com tendência a seguir eixo de simetria, como pode deduzir-se do arranjo dado à l. 3. Pontuação circular. Caracteres mui verosimilmente gravados com goiva, desenhados à mão levantada, sem recurso a escantilhão; **A** sem travessão, **M** e **V** abertos, **S** assimétrico.

As três primeiras linhas não oferecem agora dificuldade de leitura; contudo, na versão veiculada por Hübner, que a copiou de Viterbo, está VICTOR na l. 1 e, na l. 2, MARI · F; em relação à l. 3 já houve mais dificuldade e ‘viu-se’ HEIC SE, ou seja, fez-se o desdobramento da sigla, que é de H(ic), e entendeu-se SE como o começo da palavra SEP(ultus); IACET imaginou-se que poderia estar na pedra, na medida em que essa era a fraseologia de um outro horizonte cultural, mais requintado e literário, a antecipar, dir-se-ia, os formulários das primeiras comunidades cristãs. E mais se não tentou, devido ao mau estado da superfície epigrafada.

O método bicromático ensaiado por José Carlos Santos (FIG. 3) e a aplicação de filtros, a que já se fez referência, por parte de Alexandre Canha (Fig. 4 e 5), permitiram-nos avançar com a hipótese de leitura apresentada, que pusemos, porém, entre parêntesis recto, mais por uma questão de precaução, diga-se, do que de verdadeira dúvida. De resto, a dúvida real reside, de modo específico, na expressão *iii vivus*, por duas razões: 1ª) não há motivo aparente para se grafar E com dois II; 2ª) o mais habitual é o ablativo absoluto *se vivo*, quando alguém, em vida, prepara o seu sepulcro e correspondente epitáfio; ora, se a nossa interpretação estiver certa, o beneficiário, digamos assim, do gesto benemerente, será o defunto e, concomitantemente – pressupõe-se – o benemérito, pois que o normal será que também ele venha a ser ali sepultado. Falta-nos a informação sobre o laço (familiar ou de amizade) que uniria *Vegetus* e *Sailcius*, o que nos leva a

supor na possibilidade de ser essa a menção patente na l. 6. Não logramos, porém, de momento, outra alternativa, parecendo-nos que *de suo* se poderá ler na linha seguinte e, também, a fórmula habitual nestas circunstâncias: *f(aciendum) c(uravit)*, inscrita já fora do campo epigráfico, o que não é de estranhar.

Essas mui pertinentes dúvidas não invalidam o que, neste tipo de documentos, constitui o cerne da investigação: a nomenclatura antroponímica usada. E a onomástica dos dois personagens referidos, ainda que seguramente contemporâneos, revela-nos dois níveis de aculturação: *Vegetus* é filho de *Marius* – e ambos os antroponimos, ainda que usados à maneira indígena, são etimologicamente latinos; *Sailcius* é filho de *Laucus* – e estes dois antroponimos integram-se claramente no estrato linguístico pré-romano.

Vegetus, que Kajanto⁵ relaciona com uma propriedade do corpo e da mente – a força, o poder mental – foi, na verdade, muito comum na Península e, mesmo sem nos atermos a dados estatísticos recentes, a indicação de Kajanto é elucidativa: dos 67 testemunhos que encontrou no conjunto do CIL, 28 foram registados na Hispânia (CIL II) e o mapa 319 (p. 336) do atlas antroponímico da Lusitânia⁶ mostra bem a sua extraordinária dispersão.

Marius insere-se igualmente nesse horizonte de conotação pré-romana, na medida em que, sendo propriamente um *nomen*, se utiliza aqui como nome único, a denotar, estamos em crer, incipiente conhecimento dos usos latinos.

Sailcius aparenta-se com *Saelcius* e *Saelgus*, nomes pertencentes ao mesmo radical. No referido *Atlas* há, deles, uma escassa dezena de testemunhos (mapa 262, p. 292), ocorrendo mais o patronímico *Saelci* ou *Saelgi*. José María Vallejo⁷ refere-se *passim* a estes antroponimos, nomeadamente quando aborda o radical *sailc-* (p. 391-393), afirmando, em relação a *Sailcius*: «Podemos decir que nos hallamos ante un nombre típico lusitano,

⁵ KAJANTO, Iiro, *The Latin Cognomina*, Roma, 1982 (reimp.), p. 247.

⁶ NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luis), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida – Bordéus 2003.

⁷ VALLEJO RUIZ (José María), *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz, 2005.

no atestiguado en ninguna otra parte» (p. 392).

Já o patronímico *Lauci* – que se nos afigura passível de ser aqui identificado sem grande dúvida – resulta uma raridade. Rodríguez Colmenero⁸ registou esse antropónimo em duas epígrafes de *Aquae Flaviae*, onde o mais normal *Glaucius* não é aceitável. Na sua inscrição nº 210, *Laucius Rufinus* faz dedicatória ao pai, *Laucius Rufus*; na nº 211, há referência a uma *Laucia Rufin(a) Lauci f(ilia)*. Ao que parece, pelos dados de que dispomos, são as duas únicas ocorrências desse antropónimo, usado tanto como *nomen* quanto na de nome único.

Em conclusão:

- 1) Confirmou-se a existência da epígrafe, sobre a qual nada de novo se escrevera desde Hübner, fonte única para as referências posteriores.
- 2) Consequentemente, fez-se a descrição do monumento, que também se desconhecia.
- 3) Utilizou-se um novo método de digitalização das imagens através de filtros específicos que permitiram melhor visualização do texto.
- 4) Corrigiu-se, desta forma, a identificação do defunto e apresentou-se uma proposta de identificação do responsável pela erecção do monumento, cuja onomástica, bem enquadrada no horizonte linguístico pré-romano típico do Ocidente peninsular, vem acrescentar dois testemunhos de antropónimos não muito comuns.

Cremos ter ficado assim justificada a inserção deste estudo no *Ficheiro Epigráfico*, sendo, porventura, aplicável aqui a expressão latina *non nova sed novi*: não se apresentaram novidades, mas apresentou-se algo de novo, com outros olhares.

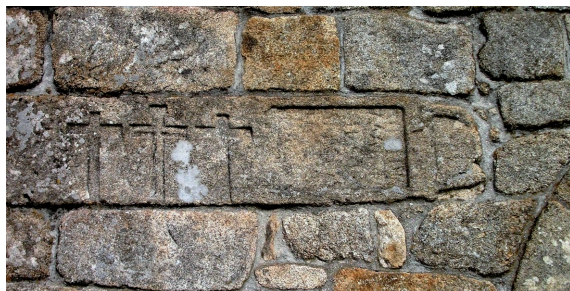
Pela paleografia e pela estrutura textual, é documento que datamos de meados do século I da nossa era.

ALEXANDRE CANHA
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
JOSÉ CARLOS SANTOS

⁸ RODRÍGUEZ COLMENERO (A.), *Aquae Flaviae. I: Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*; Chaves, ²1997.



1



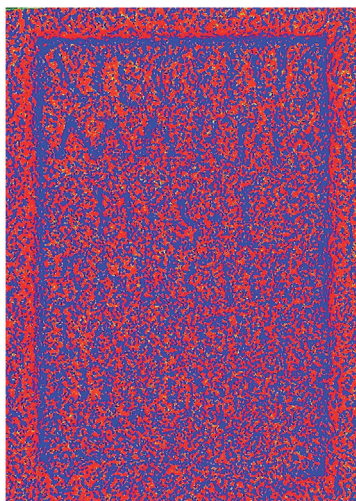
2

677

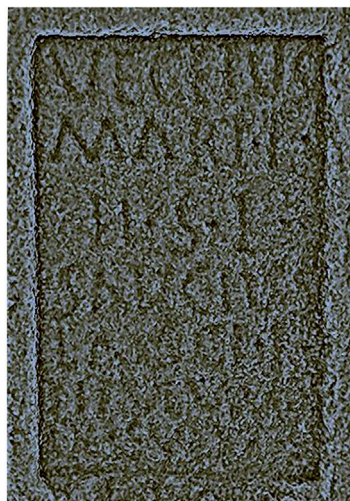
Ficheiro Epigráfico, 179 [2018]



3



4



5